

Informe - 22 a 28 de
Abril de
2013



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS**

Áreas onde funcionaram lixeiras do Santa Maria, na Capital, e da Palestina, em Socorro, estão degradadas e, agora, devem ser recuperadas pelas Prefeituras

■ Após uma luta de décadas e atendendo à determinação da Lei de Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305/2010 - que estabelece metas importantes para o setor, como o fechamento dos lixões até 2014, os Municípios de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, finalmente, desativaram as lixeiras.

O anúncio do fechamento foi feito no dia 16 de abril, data histórica para a população das duas cidades. Com o encerramento das atividades dos lixões, agora, os resíduos sólidos dos Municípios de Aracaju e Socorro serão levados para a estação de transbordo da Estre Ambiental, localizada no Km 9, na BR-235, em Socorro, sendo depois transportados para o aterro sanitário, em Rosário do Catete.

O prefeito João Alves ressaltou a importância ambiental da iniciativa. "Aracaju é a primeira Capital do Brasil a ter o lixo todo processado. O lixo é um dos principais problemas do mundo. Ele é um dos maiores causadores do aquecimento global por provocar um dos gases mais letais que existem para o meio ambiente, que é o metano, considerado pior até mesmo que o gás carbônico. Estamos con-

tribuindo para a saúde do mundo", destaca.

O prefeito de Socorro, Fábio Henrique, disse que o fechamento do lixão se deu basicamente por duas questões: primeiro, em atendimento a um acordo que foi feito entre a Prefeitura e os Ministérios Públicos Federal e Estadual, homologado pela Justiça Federal. Segundo, porque só foi possível cumprir o acordo agora, com o licenciamento da estação de transbordo.

"A estação de transbordo recebeu o alvará de funcionamento na quinta, 11 de abril, e na terça, 16, já estava operando o lixo da

cidade, portanto, no momento que a solução adequada foi dada, o município foi rápido, ágil e demonstrou a vontade de resolver esse problema e de virar essa página ruim da história da nossa cidade", afirma.

DECISÃO

A desativação dos lixões ocorreu após mais de dez anos de atuação dos Ministérios Públicos Federal e Estadual. Em 2003, os órgãos ajuizaram uma ação pedindo o fim da operação desses lixões, bem como no Município de São Cristóvão. Em 2006, as três Prefeituras assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - com os ministérios públicos, que previa o fechamento dos lixões e a construção de aterro sanitário para a Grande Aracaju, entretanto, finalizado o prazo, o acordo não foi cumprido. Diante do descumprimento do termo, em 2007, o MPF e o MP/SE pediram que a Justiça Federal executasse o TAC, obrigando as Prefeituras a cumprirem o que haviam acordado.

A Prefeitura de Socorro acabou por firmar novo acordo com os Ministérios Públicos, para a paralisação gradual das atividades e fechamento total da lixeira. "Desde quando assumimos, nunca tomamos medidas para protelar o cumprimento dessa decisão, tanto é que, quando saiu a decisão, em 2011, do fechamento dos aterros de Aracaju e Socorro, enquanto Aracaju recorreu para não cumprir, nós fizemos um acordo judicial de que cumpriríamos assim que tivesse uma solução ambientalmente correta", resalta o prefeito Fábio Henrique.

De acordo com o MPF, a Prefeitura de Aracaju apresentou propostas de terrenos para construir aterros, mas os eles não tinham licenciamento ambiental da Adema. Em 2012, o

MPF e o MP/SE pediram que fosse determinada a interdição do lixão e o pagamento da multa de R\$ 29.482.697,19.

Os Ministérios Públicos Estadual e Federal informaram que vão pedir a execução da multa contra os Municípios de São Cristóvão e Socorro, porque, embora tenham fechado os lixões, nenhum dos municípios - incluindo Aracaju - apresentou projeto de recuperação ambiental da área degradada.

A Emsurb afirma que, em Aracaju, serão aplicadas ações para recuperar a área que, durante todos esses anos, sofreu uma grande degradação ambiental. Uma equipe técnica montada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Sema - será responsável pela elaboração do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - Prad -, que será apresentado à Adema.

A Sema informou que ainda não tem um prazo para reali-

zação da despoluição do lixão, porque será necessário, primeiro, fazer a formação do grupo de estudo e, só depois, será feita a recuperação. Quanto à multa, a Secretaria está tentando negociar para transformá-la em compensação ambiental.

TRANSBORDO

"Já estamos licenciando o Plano de Recuperação da Área Degradada - Prad -, para que essa área seja recuperada e devolvida para ser utilizada pela sociedade", diz o prefeito de Socorro, Fábio Henrique.

Segundo o gerente operacional da Estre, Francisco Aragão, na unidade de transbordo, o lixo de caminhões compactadores é transferido para carretas com maior capacidade. "É possível colocar em uma carreta o volume de até cinco caminhões compactadores", explica.

Ele resalta, ainda, que, com essa sistemática, será possível

reduzir em até 75% o custo do transporte. "O custo para levar o lixo até o aterro em Rosário do Catete fica em torno de R\$ 900 mil para Aracaju e R\$ 250 mil para Socorro", diz.

A média diária de recebimento de lixo na estação de transbordo das duas Prefeituras é de 700 toneladas, sendo 550 toneladas de Aracaju e 150 de Socorro. A média mensal será de 21 mil toneladas. Ele explica, também, que a capacidade do aterro é de 1.500 toneladas de lixo ao dia e a capacidade total de 14 milhões de toneladas.

CATADORES

Outra novidade da Estre é a máquina tiranossauro, importada da Finlândia, que tem a finalidade de separar o lixo seco do úmido. Além de Aracaju e Socorro, o aterro da Estre recebe o lixo das Prefeituras de Siriri, Rosário do Cateite, Carmópolis, Pirambu, Riachuelo, Divina Pastora, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão.

De acordo com a Sema, não chega a 100 pessoas o número de famílias que viviam da reciclagem do lixo no aterro controlado que foi desativado no Bairro Santa Maria. Segundo o órgão, as famílias vão ser cadastradas e incluídas na Core, cujo Centro de Triagem foi aberto na última sexta, 19. A Core é uma cooperativa similar à dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju - Care -, que atualmente recebe todo o volume de material reciclável coletado pela Prefeitura por meio da Emsurb.

Daniela de Jesus Silva, 30 anos, está na Care há quatro anos, mas desde os 8 anos, fazia o trabalho de reciclagem na lixeira do Bairro Santa Maria. Ela diz que tem um irmão e um cunhado que trabalhavam no lixão e que dependiam daquele serviço. "Agora, vai ser ruim, porque a Cooperativa deles ainda não abriu e eles vão ficar assim, à mercê, não é?", afirma, preocupada.

Gilberto das Virgens, 41 anos, trabalha na Care há 14 anos. Segundo ele, o fechamento já estava para acontecer. "O povo que saiu de lá não vai ficar desempregado, porque tem essa nova cooperativa", comenta. ■